

“COMO OS ANJOS NO CÉU”: A CASTIDADE COMO PROJETO SOCIAL¹

Leticia Detoni²

Resumo

A doutrina oficial católica foi composta ao longo dos séculos em consonância com uma ética sexual que lhe forneceu contornos específicos e teve defensores como Jerônimo, Agostinho e Tomás de Aquino. Da mistura de influências pré-cristãs, vindas, por exemplo, de filósofos gregos, estóicos e gnósticos, com os conceitos de “carne” e “espírito” configurou-se um pessimismo relativo ao ato sexual que produziu frutos como o celibato sacerdotal e a percepção do matrimônio enquanto um “remédio para a concupiscência”. Deste modo, o presente artigo visa, através de uma revisão bibliográfica, expor os possíveis caminhos da construção desta postura de suma incompatibilidade entre uma teórica pureza espiritual e a prática sexual.

Palavras-chave: catolicismo, castidade, sexualidade.

Abstract

Official catholic doctrine has been constituted for centuries according to certain sexual ethics that conferred to it peculiar traits, defended by eminent writers such as Jerome, Augustin and Thomas of Aquino. Mixing pre-christian influences from greek philosophers, stoics and gnostics, around such concepts as “flesh” and “spirit”, emerged a pessimistic stance as to sexuality, which produced both sacerdotal celibacy and the perception of marriage as a “remedy against concupiscence”. Thus, through bibliographic review, this article aims at exposing possible itineraries in the construction of such attitude of extreme incompatibility between a theory of spiritual purity and sexual practice.

Keywords: Catholicism; chastity; sexuality.

A pesquisa, da qual este artigo é resultante, teve início com uma investigação bibliográfica acerca do ideário clerical católico ocidental a respeito das mulheres entre os séculos XII e XIII. Esta incursão historiográfica possibilitou a constatação de que as concepções detratadas e recorrentes entre os prelados relativas às mulheres estiveram relacionadas a um histórico afastamento intelectual e espacial construído entre os dois sexos. Sendo esta configuração impulsionada por uma atitude de recusa ao ato sexual, estimulada no início do cristianismo, e mesmo antes do surgimento deste, e consagrada pela instituição eclesiástica católica.

Essa postura de rejeição ao prazer sexual ganhou contornos ascéticos através das interpretações dos “Evangelhos” e das cartas atribuídas a Paulo de

¹ Este artigo é resultado da pesquisa desenvolvida durante a elaboração da monografia intitulada “Como os anjos no céu”: a castidade como projeto de social”, apresentada ao Departamento de História da UFPE em 2004.

² Doutoranda em História, UFPE.

Tarso, textos incorporados ao cânon católico,³ dos tradicionais escritos dos Pais da Igreja e das vivências eremíticas nos desertos orientais e em seus homólogos ocidentais. Implicações pluriseculares desta visão específica da sexualidade humana, como o celibato compulsório do clero, a subordinação e idealização das mulheres no âmbito clerical e a ideia do matrimônio católico enquanto “*remédio para a luxúria*”, ainda se fazem sentir na atualidade.

O presente artigo expõe um breve itinerário da atitude de pessimismo frente ao ato sexual existente no catolicismo medieval, tendo por base historiadores(as) como Peter Brown, Joyce Salisbury, Jacques Le Goff e Elaine Pagels, somente para lembrar os mais consultados, além da obra *Eunucos pelo Reino de Deus*,⁴ escrita pela teóloga Uta Ranke-Heinemann.

1. O cristianismo e a relação entre pecado e sexualidade

“Porque, na ressurreição, não haverá esposo nem esposa, mas serão todos como os anjos no céu” (Evangelho segundo Mateus 22: 30).⁵

O trecho citado acima está contido no “Evangelho segundo Mateus”⁶ e diz respeito a uma conversa supostamente ocorrida entre Jesus e os saduceus.⁷ De acordo com a narrativa, os judeus haviam dirigido a Jesus a seguinte pergunta: na ressurreição, quem seria o marido de uma mulher que seguindo a determinação de Moisés casou com sete irmãos, um após o outro, mas não teve filhos de nenhum deles?⁸ A resposta atribuída a Jesus, e transcrita acima, teria

³ O cânon da “Sagrada Escritura” foi determinado de modo oficial e universal pela Igreja Católica no Concílio de Florença (1442), embora já tivesse sido fixado desde o século IV por meio de declarações episcopais, sinodais e papais. Ele se divide em dois grupos de livros: os do “Antigo Testamento”, que teriam sido escritos antes do nascimento de Jesus, e os livros do “Novo Testamento”, produzidos no período apostólico. Os representantes da instituição católica defendem que estes livros foram escritos sob inspiração divina e por isso devem ser considerados sagrados. Deste modo, ao longo deste artigo, analisaremos trechos deste conjunto documental que funcionou no passado, e ainda funciona nos dias de hoje, como norteador de concepções e práticas religiosas. Sobre a constituição do cânon, ver: COLLANTES, S. I. Justo (Org.). *A Fé Católica. Documentos do magistério de Igreja: das origens aos nossos dias*. Tradução cotejada com os originais em latim e grego, e atualização com novos documentos de Paulo Rodrigues. Goiás: Diocese de Anápolis; Rio de Janeiro: Mosteiro de São Bento, 2003, pp. 138-148.

⁴ RANKE-HEINEMANN, Uta. *Eunucos pelo Reino de Deus: mulheres, sexualidade e a Igreja Católica*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1996.

⁵ *Bíblia Mensagem de Deus*. São Paulo: Edições Loyola, 1994, p. 1018 (esta será a versão da Bíblia citada ao longo deste artigo).

⁶ Este episódio encontra-se também em: Mc 12: 18-27 e Lc 20: 27-40.

⁷ Judeus que não acreditavam na ressurreição.

⁸ No livro de Deuteronômio, integrante do Pentateuco (conjunto dos cinco primeiros livros bíblicos), consta a seguinte determinação: “Quando irmãos moram juntos, e um deles morre sem deixar filhos, a mulher do defunto não se casará fora, com um estranho; mas seu cunhado irá ter com ela, desposará-a e praticará, para com ela, os deveres de cunhado” (Dt 25: 5). *Bíblia Mensagem de Deus*. Op. cit., p. 200.

anunciado algo novo sobre aquilo que seria o cotidiano celestial: os moradores do “Reino de Deus” não se casariam.

Esta afirmação conferida a Jesus ressoou na construção da teologia católica, por muito tempo norteadora hegemônica da cristandade ocidental. Além de excluir o matrimônio da chamada “vida eterna”, tal assertiva revelava que os anjos – seres que segundo passagens da “Sagrada Escritura” louvavam e servem continuamente ao deus cristão - não se casavam. Foi entendido, por conseguinte, que estes não mantinham relações sexuais. Ou seja, que a vida considerada perfeita e incorruptível no céu era assexuada. Somando-se a isto e reforçando a rejeição do ato sexual, pode-se destacar, conforme apontou Uta Ranke-Heinemann, a persistente ideia no meio clerical católico de que Jesus (modelo a ser seguido) foi um “*redentor infeliz*”, que hostilizou o prazer de qualquer espécie.⁹

Assim, as falas atribuídas a Jesus contidas nos “Evangelhos” foram interpretadas em associação com outros escritos canônicos do “Antigo” e do “Novo Testamento”. A partir destes textos, todo um código de conduta foi moldado pela instituição eclesiástica destinado a nortear as ideias e as práticas individuais e coletivas, inclusive as sexuais. Nesta hermenêutica, o corpo humano, a sexualidade, o casamento e as mulheres, temas continuamente relacionados, foram percebidos geralmente de uma maneira hostil que legitimou a consagração da castidade e da virgindade.

1.1. Elementos do pessimismo sexual antes do surgimento do cristianismo

As ideias de desprezo pela atividade sexual, associadas ao corpo, ao matrimônio e às mulheres, não surgiram com o cristianismo. A tradição pré-cristã já apresentava um pessimismo no tocante a estes pontos.¹⁰ Tributário de “*heranças, empréstimos e do ar do tempo*” no campo da sexualidade, o cristianismo se situou de maneira fundamental em meio às mudanças estruturais dos primeiros séculos da Era Cristã tanto como fruto quanto como impulsor.¹¹

Conforme destacou Uta Ranke-Heinemann, a percepção negativa da sexualidade no mundo antigo pode ser apreendida nos escritos de homens como Pitágoras (séc. VI a.C.), Platão e Aristóteles (séc. IV a.C.) que viram a relação sexual como algo prejudicial à saúde. Para o médico Hipócrates (séc. IV a.C.), inclusive, a procriação seria a única justificativa para um ato que

⁹ RANKE-HEINEMANN, Uta. *Eunucos pelo Reino de Deus*. Op. cit., p. 17.

¹⁰ Por exemplo, podemos perceber no pensamento cristão a ideia de subordinação feminina característica do judaísmo e o desprezo por aquilo que é terreno e carnal, traços que identificavam a teoria gnóstica.

¹¹ LE GOFF, Jacques. “A recusa do prazer”. In: *Amor e Sexualidade no Ocidente*. Porto Alegre: L & PM, 1992, p. 150.

absorvia tantas energias de quem o praticava. Este pessimismo sexual também foi disseminado entre os estóicos, gnósticos e essênios.

No estoicismo, movimento fundado por Zenão, que nasceu na segunda metade do século IV a.C. e era natural do Chipre, as pessoas buscaram dirigir a vontade, o que significava uma virtude, e desvalorizaram os bens materiais. Principalmente, rejeitaram o prazer e neste sentido restringiram a atividade sexual ao casamento. O matrimônio passou a ser visto como concessão àqueles que não conseguiram se controlar e abraçar o celibato. Associava-se desprendimento e liberdade: “(...) ao rejeitar os falsos atrativos dos bens externos, um homem se torna perfeitamente livre, pois a sua virtude, a única que importa, não pode ser atingida por pressões exteriores”.¹² Ímpeto semelhante a este seria encontrado mais tarde entre os ascetas cristãos que se entregavam às mortificações nos desertos.

O gnosticismo foi outro conjunto de ideias importantes, que influenciou o catolicismo, no tocante às interpretações sobre a sexualidade no mundo antigo. A sua origem é incerta, mas várias hipóteses sobre a sua procedência são apontadas. É visto como uma transformação sincrética do cristianismo ou como uma gnose originária do judaísmo ou do mundo helenístico. Também é percebido como um movimento de origem indefinível e que tem sempre a possibilidade de reaparecer em outros movimentos espirituais.¹³ Sobretudo, tratava-se de um movimento impregnado pela hostilidade ao prazer sexual e ao casamento em decorrência da visão de que o mundo havia sido criado por demônios que capturavam as almas humanas, centelhas de luz originárias de um mundo luminoso, e as aprisionavam em corpos materiais. Segundo esta corrente de pensamento, que abominava a corporeidade e a matéria, a alma encontrava-se em uma situação bastante delicada:

“(...) seduzida pelo clamor e pelas alegrias do mundo, corre o risco de não encontrar seu caminho de volta ao deus da luz de onde se originou. Pois os demônios tentam intoxicá-la, porque, sem as centelhas de luz, o mundo, essa criação dos demônios, torna a cair no caos, nas trevas”.¹⁴

Entre as “seduções” a serem evitadas figuravam o casamento, a carne e o vinho. O gnosticismo chegou, inclusive, a influenciar a seita judaica dos essênios, contemporânea de Jesus. Para a tradição judaica, a subordinação feminina e as restrições à menstruação da mulher e às relações sexuais consideradas ilícitas eram fundamentais, entretanto, a atividade sexual era vista

¹² RUSSEL, Bertrand. *História do Pensamento Ocidental: a aventura dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001, p. 154.

¹³ ALTANER, Bertold & STUIBER, Alfred. *Patrologia. Vida, Obras e Doutrina dos Padres da Igreja*. São Paulo: Edições Paulinas, 1972, p. 108.

¹⁴ RANKE-HEINEMANN, Uta. *Eunucos pelo Reino de Deus*. Op. cit., p. 27.

positivamente. Já entre os essênios, judeus do deserto influenciados pelo gnosticismo, a abstinência sexual assumiu grande importância.¹⁵

Com estes exemplos, percebe-se que as novas ideias sobre a existência, sobre o mundo e a humanidade decorrentes da pregação cristã encontraram um meio que já possuía posturas negativas frente ao prazer e à sexualidade. Assim, o cristianismo não foi o único responsável, com a sua expansão, por uma mudança na Antiguidade tardia da visão positiva da sexualidade e do prazer carnal que teoricamente teria caracterizado o mundo greco-romano.

1.2. O Jesus dos Evangelhos católicos

Da análise dos “Evangelhos” canônicos verifica-se uma ausência de discursos atribuídos a Jesus que contivessem críticas ao prazer sexual, ao casamento ou mesmo que constrangessem as pessoas ao celibato. Muito menos podemos encontrar falas com caráter de desprezo e inferiorização das mulheres. Pelo contrário, nestes “Evangelhos” Jesus foi retratado em companhia constante de seguidoras. Inclusive, em episódios como o da conversa com uma samaritana¹⁶, a sua atitude frente ao sexo feminino deixou as pessoas presentes atônitas. Algo que, segundo a narrativa bíblica, teria acontecido também no banquete realizado na casa de um fariseu chamado Simão,¹⁷ ocasião na qual Jesus teria defendido e acolhido uma mulher tida como pecadora e criticada pelo anfitrião.¹⁸

Contudo, mesmo que as afirmações conferidas a Jesus na “Sagrada Escritura” não contivessem justificativas para a abstinência sexual, a subordinação e a “demonização” das mulheres, isso foi realizado pelos teólogos católicos. Estes homens destacaram e interpretaram nesta direção não só os “Evangelhos”, mas diferentes trechos dos livros canônicos (Gênesis, Provérbios, entre outros).

Como exemplo destas interpretações, uma passagem do capítulo 19 do “Evangelho segundo Mateus” foi freqüentemente utilizada em defesa do celibato. Trata-se de uma conversa acerca do divórcio que teria acontecido entre Jesus, seus discípulos e os fariseus. De acordo com a narrativa, ao ser perguntado sobre a legitimidade do repúdio às esposas por parte dos maridos, Jesus teria respondido que uma união realizada pela ação divina não poderia ser quebrada pelo homem. Ao ter desautorizado deste modo o divórcio, que era permitido pela lei mosaica, e afirmado que aquele que repudiasse a sua esposa

¹⁵ RANKE-HEINEMANN, Uta. *Eunucos pelo Reino de Deus*. Op. cit., pp. 29-30.

¹⁶ João 4: 1- 30. Destaque para o trecho: “Nisto, chegaram os discípulos e ficaram surpresos de que ele falasse com uma mulher. Mas ninguém o interrogou: ‘Que lhe perguntas?’ Ou ‘Por que falas com ela?’” (Jo 4: 27).

¹⁷ Os fariseus eram os judeus que seguiam rigorosamente a Lei de Moisés e as tradições dos antepassados e acreditavam na ressurreição e na existência de seres celestiais.

¹⁸ Lucas 7: 36-50.

(a não ser em caso de relações sexuais ilícitas) e se casasse com outra, cometeria adultério, ele surpreendeu até os seus discípulos. Estes teriam exclamado que com estas condições não era conveniente se casar.

A apropriação deste trecho por parte dos defensores do celibato decorreu do que supostamente foi dito por Jesus em seguida. Conforme a tradução e interpretação católica do texto, após a mencionada exclamação dos discípulos, Jesus teria falado que nem todos poderiam compreender o que acabava de dizer e que existiam homens “incapazes de casar” por amor ao “Reino dos Céus”. Partindo destas assertivas, os teólogos transformaram Jesus em um defensor perpétuo da abstinência sexual, visto que estas frases foram e continuam sendo interpretadas como um elogio àqueles que se tornam “incapazes de casar” em nome do reino celestial vindouro, àqueles que conseguem “compreender” a mensagem – ou seja, os celibatários.

Uta Ranke-Heinemann questiona os usos desta passagem bíblica afirmando como ilegítima a sua apropriação para a justificação do celibato. Considerando que a autora é uma teóloga, não é a validade dos ensinamentos bíblicos que é problematizada por ela, mas a distorção do original grego. Na sua tradução, a conversa narrada no “Evangelho” não era sobre celibato, e por isso a afirmação creditada a Jesus de que nem todos poderiam entender o que havia dito - a ideia de castração espontânea - se referia à condenação do divórcio e do adultério, que era o assunto discutido. Além disso, “*incapazes de casar*” não seria a tradução adequada do termo “*eunuchoi*”.¹⁹

1.3. Paulo de Tarso

Com o cristianismo, a hostilidade ao prazer sexual se fortaleceu a partir dos conceitos de “carne” e “pecado”, que foram associados à atividade sexual. Neste ponto, as ideias atribuídas a Paulo de Tarso, judeu convertido ao cristianismo, foram fundamentais.²⁰ Nas suas epístolas,²¹ a ideia de ser humano e da relação deste com a divindade foi definida em conformidade com os conceitos de “carne” e de “espírito”. Estes foram vistos como princípios

¹⁹ Para mais detalhes, ver: RANKE-HEINEMANN, Uta. *Eunucos pelo Reino de Deus*. Op. cit., p. 45.

²⁰ Segundo a narrativa do livro neotestamentário “Atos dos Apóstolos”, de fariseu e perseguidor da Igreja, este homem teria se transformado em um pregador da fé cristã a partir de uma visão que tivera de Jesus quando se aproximava da cidade de Damasco. Após esta “conversão”, ele tornou-se apóstolo e passou a propagar a mensagem da salvação cristã aos não judeus, chamados de gentios. Com este intuito, teria feito viagens missionárias e escrito cartas que passaram a servir como base para a vivência cotidiana das igrejas de seu tempo e das constituídas ao longo dos séculos da Era Cristã.

²¹ Escritas a vários grupos de convertidos, entre estes os coríntios e os gálatas. Mesmo que haja controvérsias quanto à autenticidade e à autoria destas cartas, o importante diante dos limites do presente artigo é que elas foram aceitas como tal pela Igreja Católica e integradas ao cânon da “Sagrada Escritura”. Esta observação pode ser estendida também aos demais livros bíblicos analisados durante esta pesquisa.

opostos e concorrentes que “*militavam*” num “*templo*”, o próprio corpo humano, promovendo o pecado (no caso da carne) ou evitando-o (no caso do espírito).

Nesta perspectiva, a lei mortal, identificada com a lei da carne, agia no corpo e impulsionava o ser humano a atitudes malignas e pecaminosas, dado que a vontade pessoal encontrava-se corrompida, rebelde aos preceitos divinos e subordinada a uma conspiração diabólica que atuava em toda a criação.²² Entretanto, apesar de ser visto como um frágil “vaso de barro”, este corpo físico era potencialmente apto, devido à obra que havia sido operada por Jesus na cruz, a viver “no espírito”. Ou seja, em obediência à vontade do deus cristão, ainda neste mundo terreno dominado pelas “forças do mal” que agiam contra a divindade.

Segundo esta teoria paulina, com a volta do Cristo no “fim dos tempos”, este mesmo “vaso” seria transformado completamente, tornando-se livre de influências malignas e rebeldes. Ele escreveu: “[Cristo] *transformará nosso corpo tão miserável, tornando-o conforme ao seu corpo glorioso, pelo poder que também o torna capaz de submeter a si todas as coisas*”.²³ Entretanto, conforme destacou Peter Brown, esta ideia de “carne” não era associada simplesmente ao corpo físico:

“Em todos os escritos cristãos posteriores, a noção da “carne” inundou o corpo de associações perturbadoras: de algum modo, enquanto “carne”, as fraquezas e tentações do corpo faziam eco a um estado de desamparo e até de rebeldia contra Deus, estado esse que era maior do que o próprio corpo”.²⁴

Baseado nestas noções, Paulo de Tarso conclamou os cristãos a lutarem contra os desejos carnaais, vistos como malignos, e a conduzirem o corpo no caminho da santificação e da pureza, de acordo com a sua função de “*templo do Espírito*”,²⁵ sendo necessária uma prática sexual que não o desonrasse. Neste sentido, a conduta sexual apontada foi a do lar conjugal judaico, que segundo Peter Brown teve que suportar a ideia de santificação.²⁶

Ao afirmar que o seu desejo era que todos se mantivessem “livres de mulher” como ele, Paulo tratou a atividade sexual no casamento como uma concessão frente aos “perigos da incontinência”: para evitar “maiores males” era preferível que cada homem tivesse sua esposa e cada mulher o seu marido. Assim, Paulo legitimou a concepção de superioridade do celibato frente ao

²² Neste sentido, Paulo teria escrito aos romanos por volta do ano 58 da Era Cristã: “*nós sabemos que a criação inteira geme até agora como que em dores de parto*”, à espera da redenção. (Romanos 8: 22).

²³ Filipenses 3: 21.

²⁴ BROWN, Peter. *Corpo e Sociedade: o homem a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, p. 51.

²⁵ 1 Coríntios 6: 19.

²⁶ BROWN, Peter. *Corpo e Sociedade*. Op. cit., p. 53.

casamento – num elogio à abstinência sexual. Tal postura continuou presente no catolicismo, conhecendo seu ápice quinze séculos depois quando, no Concílio de Trento (1545-1563), se decidiu pela excomunhão dos indivíduos que negassem ser mais divino viver na castidade ou sem se casar do que no casamento. Nas resoluções finais do Concílio ficou determinado:

“Se alguém disser que o estado conjugal deve ser preferido à virgindade ou ao celibato e que não é melhor, nem tem mais valor permanecer na virgindade e no celibato do que unir-se em matrimônio – seja anátema”.²⁷

Por outro lado, o conteúdo das tais cartas paulinas ofereceu ainda subsídios para uma ideia de inferioridade e subordinação das mulheres. Naquelas dirigidas aos efésios e aos colossenses, por exemplo, temos a afirmação da submissão feminina ao marido (que na epístola aos efésios é comparada à submissão da Igreja a Cristo).²⁸ Por sua vez, na epístola destinada a Timóteo encontramos o trecho usualmente repetido pela Igreja Católica para justificar, por séculos, a exclusão das mulheres de inúmeros âmbitos sociais, inclusive do serviço do altar:

“A mulher receba as instruções em silêncio e com total submissão. Não permito que a mulher ensine ou mande no homem. Ela guarde o silêncio. Porque Adão foi criado primeiro, Eva depois. E não foi Adão que foi seduzido; Mas a mulher é que foi seduzida e pecou. Mas a mulher poderá se salvar sendo mãe, e conservando com bom senso a fé, a caridade e a santidade”.²⁹

Paulo foi ao mesmo tempo judeu e cidadão romano, características ressaltadas por Jean Delumeau³⁰ ao comentar a posição secundária na qual este apóstolo situou a mulher nos âmbitos do casamento e da Igreja. Deste modo, o lar judaico e o romano, que tinham em comum o poder e a liderança do patriarca, já eram representantes do modelo de subordinação feminina encontrado nas referidas epístolas. Também, no âmbito da religião, do culto oficial, tanto os judeus quanto os romanos afastaram as mulheres dos papéis principais.³¹

1.4. Os “Pais da Igreja”

Semelhantemente a Paulo de Tarso, alguns teólogos dos primeiros séculos do cristianismo, denominados tradicionalmente como “Pais da Igreja”, participaram da organização teórica e prática do catolicismo. Partindo de

²⁷ COLLANTES, S. I. Justo (Org.). *A Fé Católica*. Op. cit., pp. 1138-1139.

²⁸ Efésios 5: 22-33 e Colossenses 3: 18-19.

²⁹ 1 Timóteo 2: 11-15.

³⁰ DELUMEAU, Jean. *O Medo no Ocidente: 1300-1800 uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 315.

³¹ Para mais informações sobre o papel da mulher na vida religiosa romana ver: SCHEID, John. “‘Estrangeiras’ indispensáveis. Os papéis religiosos das mulheres em Roma”. In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle (dir.). *História das Mulheres no Ocidente*. V. 1. *A Antiguidade*. Coimbra, Edições Afrontamentos.

interpretações de trechos da “Sagrada Escritura” e numa clara relação com *corpus* documental paulino a respeito do casamento e da ação da “carne”, eles foram definindo os lugares do corpo humano e da sexualidade e as relações de gênero na cosmogonia emergente. Nesta construção de concepções estiveram presentes as preocupações com a natureza e com a finalidade do ato sexual.

“Dentro desta temática, alguns dos mais importantes escritores do Ocidente foram Tertuliano, Cipriano, Ambrósio, Jerônimo e Agostinho. Cada um deles fez referências aos textos dos outros, desenvolveu seu pensamento e por vezes discordou, mas juntos eles criaram um corpo teórico que estabeleceu uma compreensão cristã de muitas das questões que deram forma à sociedade cristã, entre elas a sexualidade humana e sua imagem especular: o celibato sagrado”.³²

A partir da ideia expressa por Paulo de que no ser humano ocorria uma luta entre a “carne” e o “espírito”, os “Pais da Igreja” constituíram em termos ideais dois reinos, o carnal, ligado às coisas terrenas e corrompidas e o espiritual, associado à pureza e à vida celeste. Segundo Joyce Salisbury,³³ Tertuliano (±160-±220), Cipriano de Cartago (±200-258), Ambrósio de Milão (339-397) e Jerônimo (342-420), a partir desta visão dualística, enquadraram a sexualidade no mundo da carne, oposto ao mundo do espírito, e conseqüentemente mal. Associado a isto estava a noção de que o casamento era uma conseqüência do pecado original, tido como sexual, e que por isso unia homens e mulheres no âmbito da carne. O desejo de alcançar a perfeita e assexuada vida angelical, livre do peso da carne, era o suporte deste pensamento que via o ato sexual como maligno.

A visão de um mundo dividido em dois reinos, o carnal e o espiritual, encontrada nestes teólogos, acomodou ainda a separação dos seres humanos em carnaís e espirituais. A classificação foi sexual: “por natureza” as mulheres eram carnaís e os homens eram espirituais. Isto obviamente significou que os homens, “racionalis”, eram superiores com relação às mulheres e possuíam um papel ativo na relação sexual e na vida social de maneira geral. Às mulheres, nesta concepção, restou a submissão e a noção de serem naturalmente sexuais.³⁴

Em meio a tantas preocupações, estes teólogos basilares na constituição da doutrina católica geralmente viram o casamento como algo a ser evitado, aceitável apenas por sua função reprodutora, e o celibato como o caminho para a virtude e a pureza. Tomado por estes pensamentos, Orígenes (185-254) chegou a castrar-se, uma atitude proibida pela instituição eclesiástica. Outro fato interessante é que atrelada a toda essa discussão existiu a polêmica sobre a atividade sexual de Adão e Eva no Paraíso. Seria legítimo pensar que o

³² SALISBURY, Joyce. *Pais da Igreja, Virgens Independentes*. Brasília: Scritta, 1995, p. 27.

³³ Idem, p. 29.

³⁴ SALISBURY, Joyce. *Pais da Igreja, Virgens Independentes*. Op. cit., p. 43.

primeiro casal mantinha relações sexuais no Éden e tinham prazer nisto? A maioria dos defensores da virgindade afirmou que não.

Paraíso, atividade sexual, pecado. Agostinho de Hipona (354-430), de maneira bastante influente para o mundo cristão ocidental, relacionou estes elementos e criou uma doutrina, que extrapolando os meios eclesiásticos chegou aos leigos e, de forma significativa, procurou nortear as práticas sexuais. Para Agostinho, o trecho do “Gênesis” em que Adão e Eva pecaram e foram expulsos do Paraíso era profundamente significativo para toda a humanidade. Segundo ele, no momento em que o casal, cedendo à tentação da serpente, preferiu fazer a sua própria vontade e desobedeceu à ordem de Deus, comendo o fruto da “árvore do conhecimento do bem e do mal”, recebeu como castigo a desobediência carnal que se estendeu a toda a humanidade.

Ao ansiarem por uma autonomia com relação ao seu criador, Adão e Eva foram condenados à escravidão do pecado. De acordo com Agostinho, a vontade racional do casal a partir daquele momento foi corrompida e não podia mais controlar o corpo e fazê-lo seguir a vontade de Deus. O desejo sexual atuando independente da vontade surgiu como castigo e também como evidência do pecado original. A excitação sexual escapou ao controle humano assim como a morte.³⁵ Isto poderia ser visualizado inclusive no relato do “Gênesis”: após a “Queda”, Adão e Eva se perceberam nus, se envergonharam de seus incontroláveis desejos sexuais expostos e, ao ouvirem a voz da divindade que passeava cotidianamente pelo jardim, se esconderam com medo. Entretanto deve-se sublinhar que, segundo Mircea Eliade, a associação da sexualidade com o pecado original feita por Agostinho já havia sido operada por Ambrósio: “(...) [ele] tinha observado a relação causal entre, por um lado, a concepção virginal de Jesus Cristo e, por outro, a ideia de que o pecado original é transmitido pela união sexual”.³⁶

Entretanto, parece fundamental destacar que para Agostinho o casamento e a atividade sexual não decorreram da “Queda”. Estes haviam sido planejados pelo deus judaico-cristão para o Paraíso e continuaram sendo válidos. A diferença era que, após o pecado original, a atividade sexual poderia ser governada pela luxúria. Esta desobediência de Adão e Eva teria arrastado toda a humanidade. A punição, na concepção de Agostinho, se estendeu então a todos os seres humanos porque ele entendeu Adão como personagem coletivo, portador da “*natureza do sêmen*” multiplicador e não como indivíduo. Assim, todas as pessoas herdaram a morte e perderam o livre-arbítrio, característico do primeiro casal.³⁷

³⁵ PAGELS, Elaine. *Adão, Eva e a Serpente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 162.

³⁶ ELIADE, Mircea. *História das Crenças e das Ideias Religiosas*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 67.

³⁷ PAGELS, Elaine. *Adão, Eva e a Serpente*. Op. cit., p. 150

Agostinho acreditou que a antiga harmonia existente entre o espírito e o corpo humano cedera espaço para a confusão e nada poderia ser feito pela humanidade para restaurar a antiga concórdia. Neste sentido, ele atacou aqueles que julgaram atingir a castidade por meio do esforço próprio. Em sua concepção, nem mesmo aceitando o sacrifício do Cristo pelos pecados, os seres humanos se livravam da força negativa que tinha o domínio sobre os seus atos. Segundo Elaine Pagels, com esta opinião ele se afastava do pensamento de antecessores cristãos como João Crisóstomo e Orígenes que não aceitavam que esta incapacidade da vontade existisse também naqueles que tiveram a “graça” da conversão e do batismo cristão.³⁸

Entre os religiosos cristãos que discordaram das ideias de Agostinho e acreditaram no livre-arbítrio humano, destaca-se Pelágio (±350-423), monge britânico que chegou a Roma por volta do ano 400, e seu discípulo Juliano de Eclano (±386-454). Pelágio apontou para a atitude de homens e mulheres ascetas que romperam com as expectativas sociais como exemplo do controle da vontade por parte dos indivíduos. Para ele, os seres humanos tinham a liberdade de escolher entre o bem e o mal, ou seja, possuíam livre-arbítrio. *“Foi por essa razão que Pelágio não aceitou a ideia de que o pecado original é automática e universalmente compartilhado pelos descendentes de Adão. ‘Se o pecado é ingênito, não é voluntário; se é voluntário, não é ingênito’.”*³⁹

Este tipo de pensamento era ameaçador para a Igreja Católica visto que a negação da transmissão do pecado original fazia ruir a doutrina clerical e o controle desta instituição sobre os fiéis. Se cada indivíduo tinha a liberdade de “responder por si”, o papel da Igreja, de intermediária entre o cristão e a divindade, perdia o sentido. No Sínodo de Orange, em 529, Pelágio foi definitivamente excomungado.

Juliano de Eclano, baseado na opinião médica, afirmou que o desejo e o prazer sexual eram fundamentais para a procriação e que a sexualidade podia ser controlada pela vontade com a ajuda da misericórdia divina. Ele chamou a atenção ainda para o fato de que Agostinho conviveu com os maniqueístas antes da sua conversão ao cristianismo, o que o influenciou na sua visão da sexualidade como meio de continuidade de uma humanidade maldita.⁴⁰

João Cassiano (360-435) também protestou frente à ideia de sacrifício do livre-arbítrio presente no pensamento agostiniano. Ele defendia, pelo contrário, a transformação gradual do indivíduo operada pela vontade pessoal em associação com a graça divina. Entretanto, também interpretou a

³⁸ Idem, p.148.

³⁹ ELIADE, Mircea. *História das Crenças e das Ideias Religiosas*. Op. cit., p. 66.

⁴⁰ Membros da religião maniqueísta fundada no século III por Mani, morador de uma aldeia às margens do Tigre, que acreditavam viver num mundo tomado por trevas e que ansiavam pela salvação e pelo retorno ao Mundo da Luz. Adoravam os astros e renunciavam à prática sexual. Sobre este assunto ver: BROWN, Peter. *Corpo e Sociedade*. Op. cit., p. 341.

sexualidade de maneira pessimista. Na sua concepção, a persistência do impulso sexual era uma espécie de termômetro que indicava o nível de liberdade da pessoa com relação às paixões, como o egoísmo e o ódio. Assim, o desejo sexual era mais precisamente um epifenômeno, indicativo das “*moléstias espirituais*”.⁴¹

Tanto Elaine Pagels como Peter Brown⁴² ressaltaram outro ponto do pensamento de Agostinho. Diante da ideia de incapacidade de autocontrole por parte dos seres humanos, mesmo entre os que se converteram ao cristianismo, ele justificou a ação disciplinadora do Estado e da Igreja em defesa da obediência e da unidade católicas. Nas disputas com os cismáticos donatistas,⁴³ Agostinho aproveitou-se, enquanto bispo de uma província africana, da aliança entre a Igreja e o poder do Estado e combateu seus adversários com leis que negavam direitos civis aos cristãos não católicos, castigos, multas, expulsão dos cargos públicos, exílio de bispos e coerção física.

Esta união entre Igreja Católica e Estado possibilitou ao longo dos séculos que as decisões eclesiásticas fossem impostas na vida concreta. Com seus meios repressores, o Estado atuou na comunidade dos fiéis quando sanções espirituais não conseguiram mudar os comportamentos contrários à ortodoxia. Com Teodósio, já não havia espaço para divergências, nem mesmo entre cristãos. O cristianismo católico tinha plenos poderes para exercer o controle sobre os fiéis cidadãos romanos, visando impor uma unidade. Alguns séculos à frente, a Inquisição, criada em 1198 pelo Papa Inocêncio III, pôs em prática o uso da força coercitiva estatal, o braço secular da Igreja Católica, de maneira exemplar.

“Fixadas pelo concílio de Latrão (1215), as regras desta jurisdição de urgência foram rapidamente aplicadas no sul da França. Os suspeitos, que a voz pública denunciava, acusados, presos, eram interrogados diante das testemunhas. (...) Se se obstinassem no erro, eram entregues ao braço secular para serem queimados pelo fogo purificador”.⁴⁴

Baseado também em suas interpretações do “Gênesis”, Agostinho defendeu a superioridade e o domínio do homem sobre a mulher, considerado legítimo como o controle do corpo pela alma, e criticou a escravidão, visto que nesta ocorria uma dominação de um homem sobre outro homem.⁴⁵

⁴¹ BROWN, Peter. *Corpo e Sociedade*. Op. cit., pp. 345-346.

⁴² Idem; PAGELS, Elaine. *Adão, Eva e a Serpente*. Op. cit.

⁴³ Cristãos que se recusaram a reconhecer Ceciliano como bispo de Cartago em 311 e se colocaram contra a aliança entre o Estado Romano e os cristãos católicos e o uso da força pela Igreja. Eles também defenderam que a mediação da graça por meio dos sacramentos era comprometida se o administrador do sacramento tivesse pecado. Sobre esta questão ver: PAGELS, Elaine. *Adão, Eva e a Serpente*. Op. cit., pp. 166-167.

⁴⁴ DUBY, Georges. *O Tempo das Catedrais. A arte e a sociedade, 980-1420*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 144.

⁴⁵ BROWN, Peter. *Corpo e Sociedade*. Op. cit., p. 429.

As ideias de Agostinho foram fundamentais para a formação do pensamento cristão hegemônico a respeito da sexualidade, do casamento e da condição feminina. A associação feita por este teólogo entre sexualidade e pecado, de forma tão específica a ponto de afirmar que o ato sexual era o transmissor do pecado original, atravessou os séculos e se manifestou na visão dos dirigentes da Igreja Católica ocidental acerca da sexualidade. “*O castigo pela queda foi primeiro lançado sobre o reino da sexualidade. A atitude da hierarquia celibatária da Igreja é uma só: o locus por excelência do pecado está no sexo*”.⁴⁶ Esta concepção de pecaminosidade do ato sexual continuou presente ao longo da Idade Média, principalmente entre os clérigos, apesar da influência do pensamento de Aristóteles, que via o prazer como algo positivo.

1.5. A Escolástica

A teologia escolástica defendeu de maneira geral que a procriação e a prevenção da fornicação eram as finalidades do casamento. O receio com relação à fornicação tornou-se o aspecto mais importante nas preocupações e especulações dos teólogos, que perceberam o desejo sexual geralmente como uma enfermidade. Neste sentido, afirmaram como dever dos cônjuges atenderem um ao outro em seus momentos de “necessidade do ato sexual” para que “males maiores”, como o adultério, fossem evitados. Os religiosos escolásticos discutiram ainda sobre a pecaminosidade do coito, visto que, mesmo decidindo as finalidades do casamento e legitimando-o, era importante garantir que a atividade sexual só ocorreria sem que os cônjuges fossem movidos pelo desejo de ter prazer.⁴⁷

Abelardo (1079-1142), entretanto, foi um teólogo que fez oposição à ideia comum neste meio escolástico de que o ato sexual no casamento era pecaminoso. Em claro desacordo com o que era proclamado pela grande maioria dos religiosos, ele afirmou, com conhecimento de causa, que: “*Nenhum prazer natural da carne pode ser declarado pecado, nem se pode imputar culpa quando alguém se delicia no prazer, onde deve necessariamente senti-lo*”.⁴⁸ Entretanto, apesar de vozes discordantes como esta, a teoria de “recusa do prazer” seguiu dominante na teologia medieval.

Alberto Magno (m.1280), e seu discípulo Tomás de Aquino (1225-1274), se destacaram tanto por suas posições teológicas como pela influência que os seus escritos, principalmente os de Tomás de Aquino, exerceram sobre o pensamento católico até os dias de hoje, juntamente com os de Agostinho. As ideias de Aristóteles de que a mulher era um homem imperfeito, do êxtase e torpor mental causado pelo orgasmo e do ato sexual enquanto um “ato natural”

⁴⁶ RANKE-HEINEMANN, Uta. *Eunucos pelo Reino de Deus*. Op. cit., p. 103.

⁴⁷ RANKE-HEINEMANN, Uta. *Eunucos pelo Reino de Deus*. Op. cit., pp. 166-214.

⁴⁸ Pedro Abelardo. Apud. RANKE-HEINEMANN, Uta. *Eunucos pelo Reino de Deus*. Op. cit., p. 183.

característico do ser humano e dos animais contribuíram para a continuidade no meio escolástico do pessimismo sexual e do desprezo pelo sexo feminino.

Assim, é possível perceber que o cristianismo católico ocidental construiu um modelo ideal de existência. Neste paradigma, o casamento, considerado inferior à virgindade, era uma concessão para que a humanidade se multiplicasse e para que não ocorresse “algo pior”. Neste contexto hostil ao matrimônio e à sexualidade, a mulher foi percebida como sexual e associada à tentação demoníaca, devendo ser subordinada e afastada do convívio daqueles homens que buscavam atingir o mais alto grau de pureza, atrelado à abstinência sexual.

2. A prática ascética e a renúncia sexual

A espiritualidade cristã se caracterizou, desde o início, como uma prática da renúncia. A ideia de existência de um reino carnal e outro espiritual orientou os fiéis neste sentido em suas práticas cotidianas. O alimento, o conforto e o ato sexual, vistos muitas vezes como exigências de um corpo dominado por impulsos negativos, carnis, foram alvos de vigilância e restrição constante por parte das pessoas que se dedicaram às práticas ascéticas. As estórias correntes dos santos e das santas, com seus feitos ascéticos, contribuíram para a propagação deste ideal, visto que o cristianismo sempre foi uma religião voltada para a cópia de um modelo.⁴⁹

A conhecida parábola das dez virgens, que se encontra no capítulo 25 do “Evangelho segundo Mateus”, fala das diferentes posturas de dois grupos de virgens, com o intuito de alertar os discípulos de Jesus a vigiarem e estarem sempre prontos, à espera da vinda do “Reino dos céus”.⁵⁰ Esta narrativa, que se encerra com a advertência: “*Ficai vigiando, portanto, porque ignorais o dia e a hora*”,⁵¹ pode resumir a atmosfera de expectativa e exigência em que viviam fiéis mais extremados dos primeiros séculos do cristianismo e lançar luz sobre o sentido de determinados comportamentos. Acreditando viverem “às portas” da segunda vinda do Cristo, homens e mulheres que aspiravam ardentemente pela salvação de suas almas procuraram afastar de si tudo aquilo que pudesse ameaçar o possível encontro com o “noivo celestial”. Desejaram ser “prudentes”, estando atentos aos perigos, fatais para os “despreparados”.

Em acordo com o pessimismo sexual reinante no meio cristão-católico, muitas pessoas acreditaram que a sexualidade era o lugar do principal perigo, o obstáculo fundamental na espera do “Reino de Deus”. Elas optaram, conseqüentemente, pelo celibato, definido pelas autoridades católicas como um

⁴⁹ A estória de S. Simeão Estilita, o Velho, que no século V se instalou no alto de uma coluna, numa montanha, sobre o burgo de Talenissos, exemplifica bem este gosto ascético por feitos exagerados que levava outros adeptos à imitação.

⁵⁰ Ver: Mateus 25: 1-13.

⁵¹ Mateus 25: 13.

estado superior. Para estas pessoas, a vida monástica, que reunia a “saída do mundo”, a restrição alimentar e, sobretudo, a renúncia sexual, oferecia oportunidades de aperfeiçoamento mais adequadas para assegurar o acesso à desejada “vida eterna” que se contrapunha à “danação eterna”.

Este modo de vida, conhecido como monaquismo, surgiu no final do século III quando cessou a perseguição aos cristãos no Império Romano. Numa reação contrária à postura oficial da Igreja, que procurou levar a sociedade greco-romana à conversão, o monasticismo significou o isolamento, a rejeição dos compromissos sociais. Originado na Síria do Norte, na Alta Mesopotâmia e no Egito, ele se entendeu pela Palestina, Síria e Ásia Menor e chegou ao Ocidente durante o século IV.

Este movimento religioso se caracterizou desde as suas origens por duas vivências um pouco distintas em virtude do grau de isolamento em que mergulhavam os seus integrantes: os eremitas ou anacoretas e os cenobitas. Em ambos os casos, os monges e as monjas eram obrigados(as) a renunciar perpetuamente à prática sexual.

A vida eremítica significou uma existência solitária em lugares ermos, longe das terras habitadas. “Fugir do mundo” e se dedicar às privações conduziria, na ótica ascética, o indivíduo à concretização de uma espiritualidade perfeita, próxima da vida angelical, que aparentemente garantia o acesso ao Paraíso. Ademais, a pessoa que se entregava a este tipo de devoção poderia lutar continuamente contra o demônio que supostamente procurava agir na sua vaidade, no seu desejo de faltar-se do alimento e no seu anseio sexual. Nesta “fuga” era imitada a experiência de Jesus, registrada pelos “Evangelhos”,⁵² e a dos profetas Elias e João Batista.

No Ocidente, a vida eremítica foi iniciada durante o século IV. Atanásio (±296-373), Paulino de Nola (356-431) e Eusébio de Verselli (+371) com suas experiências ascéticas foram os principais responsáveis por esta introdução. O primeiro veio do Oriente trazendo consigo outros monges e levou o monaquismo à Itália. Paulino e Eusébio foram os fundadores dos primeiros ascetérios ocidentais. Jerônimo também, após uma experiência eremita na Tebaida, passou a difundir em Roma a partir de 382 o ideal eremítico.⁵³

É importante ressaltar que este movimento ascético, que se iniciou no começo da Era Cristã, continuou se manifestando ao longo dos séculos de cristianismo ocidental, sempre associado a uma atitude de renúncia sexual. Na Idade Média também encontraremos, acompanhando os constantes impulsos de renovação religiosa, a adoção deste estilo de vida. Durante a Reforma

⁵² Esta narrativa se encontra em três dos “Evangelhos” - Mateus 4: 1-11, Marcos 1: 12-13 e Lucas 4: 1-13.

⁵³ NUNES, Ruy Afonso da Costa. *História da educação na Idade Média*. Op. cit., p. 88.

Gregoriana,⁵⁴ por exemplo, o eremitismo se revelou como um importante elemento do reflorescimento espiritual, ao lado do surgimento de novas congregações monásticas como a de Cluny e Cister.⁵⁵ Fundações importantes foram frutos da ação de homens que passaram por uma vida eremítica destinada à pregação.⁵⁶

O cenobitismo, tipo de monaquismo no qual os indivíduos, seguindo uma regra, se reúnem em grupos e vivenciam a clausura, também tem a negação da atividade sexual como aspecto fundamental. A castidade figura como um dos votos dos monges e monjas, ao lado da obediência e da pobreza. Esta modalidade de associação religiosa teve início no oriente com Pacômio (±290-347), que nasceu em Sné, na Tebaida superior.⁵⁷ Ao lado deste religioso, também deve ser ressaltada no cenobitismo oriental a importância de Basílio de Cesaréia (±330-379) que, auxiliado por Gregório Nazianzeno (323-389), criou a célebre Regra, documento fundamental para a vida monástica do Oriente.

No mundo ocidental, o cenobitismo está associado principalmente à figura de São Bento (±480-±547), que nasceu em Núrsia e escreveu por volta de 525 uma regra⁵⁸ que serviu como base para a vivência nos mosteiros e seguiu dominante no meio monástico ocidental, sendo associada a preceitos específicos das diferentes comunidades.

O estilo de vida nos mosteiros ocidentais teve graus variados de ascetismo, no tempo e no espaço, que influenciou, inclusive, a concepção estética.⁵⁹ Entretanto, no tocante à sexualidade, foi constante a renúncia. Os mosteiros eram, pelo menos teoricamente, locais destinados a uma ascese que

⁵⁴ Movimento de reforma religiosa católica que se estendeu aproximadamente da segunda metade do século XI ao início do século XIII e que procurou, principalmente, libertar a Igreja da tutela dos leigos, promover uma mudança dos costumes clericais e remover da instituição eclesiástica práticas como a venda de cargos religiosos (*simonia*) e o concubinato dos padres (*nicolaísmo*). O esforço no sentido de estender o celibato monacal aos clérigos seculares foi um aspecto fundamental desta reforma.

⁵⁵ Para uma visão detalhada da espiritualidade medieval, ver: VAUCHEZ, André. *A Espiritualidade na Idade Média Ocidental (séculos VIII a XIII)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. Nesta obra é retratada a dinâmica da religiosidade medieval, sendo sugeridas as “etapas” da piedade clerical e leiga.

⁵⁶ Robert d’Arbrissel (1045-1116), fundador da importante abadia de Fontevraud (1101) no oeste da França pode servir como exemplo disto. Sobre sua atuação paradigmática ver: DALARUN, Jacques. *Amor e Celibato na Igreja Medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1990

⁵⁷ NUNES, Ruy Afonso da Costa. *História da educação na Idade Média*. Op. cit., p. 87.

⁵⁸ Texto que foi escrito provavelmente a partir de uma regra anterior anônima, “A Regra do Mestre” (*Regula Magistri*). Para mais detalhes sobre S. Bento e sua regra ver: VAUCHEZ, André. São Bento e a revolução dos mosteiros. In: BERLIOZ, Jacques (Org). *Monges e religiosos na Idade Média*. Lisboa: Terramar, 1996.

⁵⁹ Ver: DUBY, Georges. *O Tempo da Catedrais. A arte e a sociedade, 980-1420*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

abominava o intercuro sexual. Tratava-se de uma espécie de ante-sala do céu, onde as pessoas em sua maioria desejaram alcançar a assexuada vida angelical.

3. Algumas implicações da hostilidade ao prazer

No interior da comunidade clerical católica, esta noção de inadequação e inferioridade do ato sexual frente à castidade conduziu a uma restrição cada vez maior do casamento para a parte do clero que vivia “no mundo”, ou seja, para o clero secular. A abstinência sexual, que era a opção daqueles que resolveram “retirar-se do século”, dos anacoretas e dos monges, passou a ser sistematicamente exigida de todos os sacerdotes católicos.

O processo de implantação deste celibato compulsório foi gradual e revelou mesmo incoerências em determinados momentos. O sínodo espanhol de Elvira, realizado no começo do século IV, apareceu como o primeiro passo importante e oficial no sentido da separação entre os clérigos e as mulheres. Neste momento ficou decidido que os religiosos que participavam do serviço do altar (bispos, padres e diáconos) deveriam privar-se das relações conjugais com as esposas e deixar de ter filhos. “*Isso ainda não era o celibato no sentido atual, os sacerdotes não tinham de esquecer o casamento, nem tinham de repudiar as esposas*”.⁶⁰ Na prática, estas disposições não tiveram grande significado para o corpo eclesiástico, entretanto, outros sínodos e escritos de teólogos que incentivavam a abstinência sexual no meio clerical vieram a somar-se através dos anos.

Percebe-se, afinal, que embora houvesse divergência entre a necessidade de repúdio das esposas ou somente da rejeição das relações conjugais associada à habitação separada dos cônjuges, a incompatibilidade entre casamento e sacerdócio foi tida como fundamental para parte daqueles que se sentiam separados dos demais homens para o serviço religioso. A posição dos renomados “Pais da Igreja”, ao lado de Papas como Gregório VII (séc. XI) e Inocêncio II (séc. XII), foi fundamental para a adoção do celibato.

Diante do processo de instauração do celibato para o clero secular,⁶¹ a maneira como as mulheres dos sacerdotes foram tratadas chama a atenção. Em alguns casos as esposas dos padres estiveram sujeitas a serem vendidas como escravas.⁶² Apesar das ameaças e punições humilhantes, a resistência ao celibato foi forte, ocorrendo inclusive o desacato às ordens dos superiores que defendiam a abstinência sexual dos sacerdotes.

Entretanto, a despeito das resistências, das muitas críticas de parte dos clérigos e dos leigos que eram favoráveis ao casamento, e de muitas vezes as

⁶⁰ RANKE-HEINEMANN, Uta. *Eunucos pelo Reino de Deus*. Op. cit., p. 114.

⁶¹ Aspecto fundamental da Reforma Gregoriana que transformou o voto de castidade monástico em uma prática exigida de todo o clero católico.

⁶² RANKE-HEINEMANN, Uta. *Eunucos pelo Reino de Deus*. Op. cit., p. 122.

resoluções sobre o celibato não se concretizarem no cotidiano dos servidores do altar, a abstinência sexual terminou sendo a condição oficial para o exercício do sacerdócio. Os passos determinantes para isto ocorreram durante a Reforma Gregoriana, quando o Papa Inocêncio II, em 1139, declarou o casamento e o sacerdócio mutuamente excludentes, e no Concílio de Trento (1545-1563) no qual foi ordenada a existência de uma cerimônia formal para realização do casamento. Esta última medida impedia aqueles que se casassem ocultamente de se tornarem padres.

Dentro desta ordem clerical na qual a hostilidade ao casamento foi propagada e onde o celibato se constituiu institucionalmente como o meio ideal para a perfeita execução das tarefas sacerdotais, a mulher foi continuamente vista como um perigo. O sexo feminino era genericamente sinônimo de sedução e incentivo aos pecados sexuais que ameaçavam a condição celibatária.

Ao lado do medo da mulher incutido nos homens da Igreja Católica, observa-se também um processo de supressão da figura feminina do âmbito do sagrado, diferentemente daquilo que foi oficialmente aceito como o cotidiano do cristianismo nascente, narrado nos textos canônicos. Paradoxalmente, nestes escritos basilares, pode ser percebida a presença e a ação feminina em vários momentos das narrativas. As mulheres são descritas como acompanhantes de Jesus em seu itinerário de pregações e curas, aparecem ajudando-o, inclusive com a disposição de seus próprios bens, e figuram inúmeras vezes nos relatos como colaboradoras dos apóstolos na organização das primeiras comunidades cristãs. Segundo a tradição, foi Maria Madalena, ou seja, uma mulher, quem viu primeiramente Jesus após a sua Ressurreição, acontecimento fundamental para a teologia cristã.

Entretanto, posteriormente, os poderes e lugares na hierarquia católica que se constituiu foram sendo-lhes vetados e concentrados nas mãos masculinas, vistas como mais apropriadas e puras. Obrigadas a usar véu, proibidas de servir ao altar e de cantar nos coros eclesiais, entre as principais restrições, as mulheres tiveram oficialmente na Igreja medieval o mesmo lugar secundário e subordinado que ocupavam geralmente em outros campos de suas vidas, enquanto filhas e esposas, tuteladas pela autoridade masculina.

De acordo com esta tendência à hostilidade, ao medo e ao afastamento entre os homens da Igreja e as representantes do sexo feminino, ocorreu uma idealização da mulher. Surgiram modelos femininos no universo clerical, que permearam a sociedade cristã ocidental e atravessaram os séculos, três paradigmas – Eva, Maria e Madalena – que não eram e nem poderiam ser, retratos de mulheres concretas, de “carne e osso”, com suas variadas experiências de vida.

Esse debate sobre a sexualidade e a mulher transcendeu o ambiente clerical influenciando a vivência dos leigos. Da postura dos fiéis cristãos mais

extremados do início do cristianismo às ideias de um clero medieval diferenciado da sociedade laica, as especulações sobre o ato sexual, e conseqüentemente sobre a mulher, não deixaram ileso o restante da população.

Desde os primeiros tempos de cristianismo, as concepções pessimistas sobre a sexualidade influenciaram de maneira crescente as práticas dos indivíduos. Se, a princípio, a sexualidade era controlada apenas no âmbito ideológico, como opção de vida, aos poucos o status de lei de uma prática, a nova ética sexual cristã, tornou-se a única postura aceitável pela Igreja Católica. Assim, a hagiografia, os penitenciais, os manuais para os confessores, a iconografia e os sermões foram instrumentos de transmissão para estas concepções acerca da sexualidade e das relações de gênero.

Efetivamente, é difícil saber em que medida o laicato seguiu as disposições da Igreja Católica. As pesquisas históricas tentam responder a essa questão. Todavia, o que ficou registrado na grande maioria dos textos clericais foi o discurso, e por vezes a prática, de um grupo específico de pessoas e o desejo de repassá-los aos demais membros da sociedade. Neste sentido, é possível visualizar atitudes determinantes da Igreja Católica, como a obrigatoriedade da confissão individual anual para os fiéis, definida no Concílio de Latrão de 1215, uma poderosa forma de controle que possivelmente deu praticidade ao desejo de normatização da vida leiga.

Assim, considerando as palavras de Jacques Le Goff,⁶³ a nova ética sexual, fruto da “*recusa do prazer*” impôs-se ao Ocidente, e mesmo não se mantendo imóvel, foi hegemônica na Idade Média. Esta postura foi marcada, entre os séculos X ao XIV, pela Reforma Gregoriana, que dividiu os indivíduos em função da atividade sexual (praticantes ou não, laicos ou clérigos), pelo triunfo do casamento monogâmico, indissolúvel e exogâmico⁶⁴ e pela unificação conceitual dos “pecados da carne”, enquadrados no campo da luxúria.

⁶³ LE GOFF, Jacques. “A recusa do prazer”. Op. cit.

⁶⁴ Doravante regulamentado pela Igreja Católica.